

Literatura LGBT no Mercado Editorial Independente Brasileiro: Aspectos Históricos e Percepções Organizacionais¹

Nayane Victória Moreira²

Nara Lya Cabral Scabin³

Resumo

O artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica em curso na Universidade Anhembi Morumbi (PIBIC-AM), a qual busca compreender como se configura a representatividade LGBT no atual mercado editorial independente brasileiro. Para entender o constante crescimento das editoras independentes, este trabalho analisa a história do mercado editorial brasileiro. Ao mesmo tempo, a compreensão da história da comunidade LGBT também será importante para entendermos como esses movimentos sociais estão ganhando força e impactando a produção e consumo literários. Finalmente, por meio de entrevistas estruturadas, por meio de roteiro fechado, focalizamos os casos de duas editoras independentes, a fim de compreender como tais organizações percebem o consumo de literatura LGBT na contemporaneidade.

Palavras-chave

Mercado editorial; editoras independentes; literatura LGBT; consumo; representatividade.

Introdução

Movimentos sociais voltados para as causas feministas e para a comunidade LGBT estão ganhando cada vez mais voz e importância na sociedade, e é com base nessa percepção que a presente pesquisa surgiu, a fim de compreender como se configura, no mercado editorial independente atual, a representatividade LGBT.

Para entender o constante crescimento das editoras independentes, este trabalho analisa a história do mercado editorial brasileiro, levantando reflexões sobre períodos importantes, como a vinda da Família Real ao Brasil e as primeiras incursões de editores e tipógrafos, até o momento atual, que configura o objeto principal da presente pesquisa.

Da mesma forma, a compreensão da história da comunidade LGBT, conduzida a partir de reflexões sobre o início das lutas pelos direitos de comunidades não-heterossexuais até o

¹Trabalho apresentado no Espaço de Graduação 1 - Monografias e Iniciação Científica, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

²Estudante de graduação do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Produção Editorial da Universidade Anhembi Morumbi, onde desenvolve pesquisa de Iniciação Científica com bolsa PIBIC-AM sob orientação da Profa. Dra. Nara Lya Cabral Scabin. E-mail: naymoreira08@hotmail.com.

³Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM).

momento atual, também será importante para entendermos como esses movimentos sociais estão ganhando força e impactando a produção e consumo literários.

Ao lado dessa breve contextualização histórica, realizamos entrevistas com editoras independentes brasileiras com o objetivo de compreender como organizações do mercado editorial percebem a procura do público por esse tipo de literatura, bem como de que modo ela impacta os leitores.

É importante ressaltar que a intenção da pesquisa não é quantificar o número de publicações LGBT no mercado, mas sim, discutir mudanças socioculturais que estão na base de potenciais transformações significativas da cultura de consumo literário no Brasil contemporâneo. Dessa forma, esperamos compreender como essas transformações afetam organizações do mercado editorial, com destaque, como já apontado, para editoras independentes.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota métodos de investigação qualitativos e pauta-se pelo modelo metodológico da pesquisa como proposto por Lopes (2010). Assim, em primeiro lugar, dedicamo-nos à revisão bibliográfica sobre o tema a fim de construir um Quadro Teórico de Referência, que será apresentado de forma sucinta neste artigo. Em segundo lugar, as etapas de observação e coleta de dados foram realizadas por meio de entrevistas estruturadas, por meio de roteiro fechado, conduzidas pelo e-mail, com duas editoras brasileiras independentes que publicam obras com temática LGBT. Finalmente, o trabalho dedica-se à apresentação das principais constatações obtidas por meio da análise descritiva das respostas fornecidas pelas editoras nas entrevistas.

As discussões desenvolvidas no presente artigo correspondem a resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica atualmente em curso na Universidade Anhembi Morumbi, desenvolvida com bolsa PIBIC-AM.

A produção editorial no Brasil

Para compreendermos os hábitos de leitura dos brasileiros e como o mercado independente cresceu nos últimos anos, faremos um breve histórico sobre o mercado editorial brasileiro, utilizando a obra de Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, uma das mais completas referências sobre a trajetória do livro no país.

Segundo Hallewell (2017), os portugueses permitiram a introdução da impressão em suas colônias asiáticas e áfricas, mas não no Brasil colonial. Isso se deve, em parte, ao controle

político, uma vez que os portugueses não exerciam total autonomia sobre a colônia brasileira, ou seja, o governo não conseguiria impedir impressões “indevidas”.

A primeira tentativa de introduzir a impressão no Brasil partiu dos holandeses, entre 1630 e 1655, período em que ocuparam o Nordeste brasileiro e tinha como finalidade suprir as necessidades administrativas da colônia. No entanto, essa ideia foi deixada de lado por não encontrarem um tipógrafo que se dispusesse.

Segundo os historiadores Ferreira de Carvalho e Pereira da Costa (), o primeiro prelo do país foi instalado em Recife, em 1700, por um tipógrafo desconhecido, porém outros historiadores, como Costa (apud, HALLEWELL, 2017), contestam esse fato. A real prova da existência de uma prensa no Brasil é de 1747, no estado do Rio de Janeiro; essa prensa tinha como dirigente o tipógrafo Antônio Isidoro da Fonseca, contudo ela foi rapidamente fechada pelo governo de Lisboa, que não julgava necessário uma prensa em terras coloniais.

A ordem vinda de Lisboa foi somente mais uma das restrições às iniciativas econômicas da colônia, que era vista apenas como provedora de matéria-prima. Tais medidas fizeram com que qualquer escrito original do Brasil colonial fosse publicado na Europa ou permanecesse como manuscrito. Alguns exemplos de autores brasileiros que tiveram suas obras impressas em Portugal são Gaspar da Madre de Deus, Antônio José da Silva, Manuel Inácio da Silva Alvarenga e José de Santa Rita Durão.

Tais atos também fizeram com que o mercado livreiro fosse prejudicado no país, uma vez que em 1792 existiam apenas duas livrarias no Rio de Janeiro, que era a capital do país na época, suas obras se limitando a assuntos sobre medicina e religião.

Foi apenas em 1808, com a vinda da família Real para o Brasil que o cenário começou a apresentar sinais de melhora, com a inauguração da Imprensa Régia, que tinha como principal objetivo divulgar toda a papelada administrativa e política da Corte portuguesa, mas que depois passou a imprimir textos literários. Nessa época também houve a inauguração da Biblioteca Real e, segundo Hallewell, o número de livrarias também aumentou, passando “de duas em 1808 para cinco em 1809, sete em 1812 e doze em 1816” (HALLEWELL, 2017, p.109).

Durante quatorze anos, a Imprensa Régia monopolizou toda a impressão feita no Rio de Janeiro, mas, em 1821, com o fim da censura, a chegada dos liberais ao poder em Portugal e o crescente aumento de impressos, foi inaugurada a Nova *Officina Typographica*, de propriedade privada e, após ela, a *Typographia* de Moreira e Garcez,

No século XIX, o Brasil era fortemente influenciado pela cultura francesa em todos os aspectos da vida social, incluindo a literatura. Isso chamou a atenção de alguns livreiros, que procuravam por um novo mercado e vieram parar no Brasil, fundando algumas das editoras mais importantes da história do mercado editorial brasileiro, como a Typographia Universal (1838), fundada por Eduardo Laemmert e a livraria Garnier (1844), criada por Louis Garnier.

O crescimento da atividade editorial no Brasil teve como palco a cidade do Rio de Janeiro, enquanto São Paulo quase não tinha nenhuma atividade editorial até o final do século XIX. A vida cultural na cidade começou apenas quando a Faculdade de Direito foi instalada, em 1828, mas só ganhou força em 1855, quando a faculdade estava solidamente construída, como diz Hallewell:

De fato, em 1855, embora a cidade de São Paulo contasse com apenas quinze mil habitantes [...]. Já havia, entretanto, três livrarias[...]. Apesar disso, os estudantes ainda precisavam recorrer à corte para satisfazer algumas de suas necessidades [...]. Além das livrarias, existiam agora três gráficas, que não eram, é claro, editoras: ninguém fora do Rio imprimia um livro, a não ser por encomenda do autor (HALLEWELL, 2017, p. 336).

No entanto, na década de 1890, houve um declínio no interesse pela produção de livros e na vida cultural em geral, isso porque o país passava por grandes revoluções e incertezas políticas, além do crescimento da cidade de São Paulo, que, segundo Hallewell (2017, p. 343), “deve ter sido hostil ao desenvolvimento cultural”. O progresso no mundo editorial paulista viria apenas com a ascensão de Monteiro Lobato e seus métodos revolucionários, o movimento Modernista e a Companhia Melhoramentos.

Na década de 1930, o setor passa por um momento de grande expansão, com a desvalorização do dinheiro devido à queda da exportação do café, torna-se desfavorável a importação de mercadorias estrangeiras, inclusive o livro. Isso faz com que, pela primeira vez, o livro brasileiro seja mais barato do que o livro trazido de fora. Com a Segunda Guerra Mundial, o cenário se tornou ainda mais favorável, quando o interesse do público pela leitura aumentou e as dificuldades de importação também.

O número de editoras em atividade no país cresceu quase 50% entre os anos de 1936 e 1944. O número de títulos e exemplares publicados quadruplicou entre 1930 e 1950. No meio do século, o Brasil já produzia 4 mil títulos e aproximadamente 20 milhões de exemplares por ano (PAIXÃO, 1996, p. 79-80).

Entretanto, na mesma década, Getúlio Vargas implementou o Estado Novo, um regime autoritário, no qual toda a atividade cultural passou a ser controlada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

A bem da verdade, a censura sempre esteve presente na vida cultural brasileira. Os portugueses impunham a censura na colônia, após o Império, o presidente Artur Bernardes “[...] preferiu, durante a maior parte do seu mandato, não se contentar com todas as garantias constitucionais à liberdade de imprensa, mantendo o país num permanente estado de sítio” (HALLEWELL, 2017, p. 502).

A Revolução de 1930 tinha como uma das finalidades acabar com a censura, mas isso nunca foi alcançado. Quatro anos mais tarde, a Assembleia Constituinte discutiu sobre a liberdade de imprensa e Francisco Antunes, Ministro da Justiça da época, discursou sobre a censura ser necessária para evitar:

[...] a) críticas acrimoniosas ao governo; b) comentários pejorativos sobre seus membros; c) qualquer notícia que pudesse ameaçar a ordem pública e incentivar a subversão; d) ataques pessoais a qualquer pessoa; e) críticas a governos estrangeiros ou a seus representantes; f) qualquer notícia que pudesse causar alarme, inclusive sobre assuntos financeiros e econômicos; g) meros boatos de tendenciosidade manifesta (HALLEWELL, 2017, p. 502 - 503).

Em 1935, Vargas decretou uma nova Lei da Segurança Nacional (que ficou em vigor até 1953), que “proibia toda propaganda que defendesse a guerra ou que ameaçasse ativamente a ordem social ou política [...]” (HALLEWELL, 2017, p. 503).

Todas essas medidas de censura atingiam principalmente os periódicos, enquanto os livros eram pouco afetados e até favorecidos, pois, com a impossibilidade de textos políticos, os jornais preenchiam o espaço de suas páginas com resenhas de livros e críticas literárias.

Esse cenário muda em 1936, com a criação do Tribunal de Segurança Nacional, e fica ainda pior com a instituição do Estado Novo um ano depois. José Olympio, um grande editor da época, afirmou “o que tem causado um enfraquecimento no mercado é a apreensão de livros em todo o território nacional, sem que na maioria das vezes obedeça a um critério justificável” (HALLEWELL, 2017, p. 504).

Para ser apreendido pelo governo, bastava o livro ter uma “linguagem franca, ou o erotismo no tema ou no tratamento, tanto quanto a inaceitabilidade política” (HALLEWELL, 2017, p. 504). A perseguição não era apenas de livro, os autores também eram presos por possuírem

opiniões subversivas, como foi o caso de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Eneida de Moraes, Rachel de Queiroz e muitos outros.

Cassandra Rios foi uma autora muito perseguida durante esse período, sendo a primeira mulher brasileira a escrever romances eróticos voltados para um público homossexual feminino. Na Ditadura Militar, ela foi a escritora mais perseguida da época, tendo, em 1976, 14 obras censuradas em apenas seis meses; no total, 36 das 50 obras que publicou foram censuradas. Para os militares, sua homossexualidade e sua popularidade eram um risco para os valores familiares da época.

Segundo o professor da Universidade Estadual de Londrina e autor da obra *Pornografia e censura: Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o sistema literário brasileiro nos anos 1970*, Rodolfo Londero, em uma entrevista dada à BBC, questões sobre sexualidade eram perseguidas pelos militares. Para eles, editoras que faziam publicações com temáticas sexuais eram consideradas inimigas do Estado por promoverem a revolução sexual no país (LONDERO, 2019, *online*).

Provavelmente, foi por esse motivo que, inicialmente, Cassandra Rios e muitos outros autores que escreviam sobre homossexualidade foram rejeitados por todas as editoras e tiveram que publicar suas primeiras obras de forma independente.

O mercado editorial independente no Brasil

Em meados do século XIX, devido ao isolamento, podia-se dizer que cada capital provincial brasileira era independente uma da outra, econômica, cultural e politicamente. Segundo Hallewell:

Nessa época de navios a vela, o comércio de livros era uma atividade autônoma em cada parte do Império. Cada centro importante tinha seus próprios vínculos comerciais diretos com a Europa, de onde provinha a maior parte de seu material de leitura, e cada um deles esforçava-se para suprir suas demais necessidades com seus próprios recursos (HALLEWELL, 2017, p. 132).

Há uma pequena semelhança entre o mercado livreiro da época e as editoras independentes atuais, que atuam por conta própria. Outra semelhança é a comparação que Hallewell faz entre as editoras do Rio de Janeiro, que na época do Império era a capital do país e, por isso, ganhavam grande prestígio e visibilidade, e as pequenas editoras de outros centros, que tinham demandas tão pequenas que a viabilidade de suas edições era colocada em jogo.

[...] A corte (nome pelo qual o Rio imperial era conhecido de modo geral) atraía a nata do talento literário e intelectual do país; os produtos de suas editoras gozavam de um prestígio nacional que inexistia em quaisquer outros centros. Isso, aliado a uma população muito maior [...] e a uma conveniência geográfica, garantia-lhe um mercado muito mais amplo do que os de seus concorrentes, o que, por sua vez, lhe proporcionava ganhos de economia de escala [...]. (HALLEWELL, 2017, p. 133)

Atualmente, editoras de massa, como a Editora Intrínseca, o Grupo Editorial Record, a Editoria Arqueiro e outras possuem muito mais prestígio do que as editoras independentes, como a Se Liga Editorial, a Editora Vira Letra e a Editora Carambaia e, conseqüentemente, muito mais lucro. É possível perceber isso em feiras como a Bienal Internacional do Livro, por exemplo, onde as grandes editoras ocupam espaços privilegiados, com mais visibilidade e circulação do público, enquanto as pequenas editoras permanecem em espaços pequenos e afastados, o que dificulta a participação e circulação de sua produção.

Nos anos 1960, houve muitas transformações no setor editorial, como a criação do Grupo Executivo das Indústrias de Papéis e Artes Gráficas (Geipag), que possibilitou a renovação da indústria gráfica e o decreto-lei 46, que isentava de taxas alfandegárias as máquinas destinadas a produção de livros, entre outras mudanças. Essas simplificações nos processos editoriais fizeram com que muitas editoras de pequeno porte surgissem, concorrendo com as grandes editoras da época

A partir dos anos 1980 a literatura infanto-juvenil já tinha um espaço consolidado no mercado brasileiro; a procura por essa literatura era tão grande que chegava a rivalizar com as vendas dos livros para adultos. Na época a indústria editorial passava por uma forte crise e, para enfrentá-la, a indústria diversificou sua produção, “buscando o livro certo para cada tipo de leitor” (PAIXÃO, 1996, p. 178)

Mas isso só foi bem-sucedido pois ocorria, simultaneamente, a diversificação do consumidor, surgindo leitores “jovens, adolescentes, pré-adolescentes, crianças na escola, crianças na pré-escola ou “jovens na terceira idade”. O mesmo aconteceu com as diferentes identidades sexuais, que ganharam nova visibilidade” (PAIXÃO, 1996 p. 178)

As editoras deixam os segmentos tradicionais (clássicos da literatura, didáticos, direito e medicina) e passam a diversificar seu catálogo com obras esotéricas, de autoajuda e paradidáticos.

Segundo Paixão (1996, 191), “enquanto as grandes editoras preocupavam-se em diversificar sua linha de publicações, o final dos anos 80 viu surgir no país um significativo número de pequenas empresas do setor caminhando em sentido contrário: a especialização”.

Por conta dessas mudanças e da especialização, que se mantém até hoje, nos anos 1980 surgiram as pequenas editoras, que passaram a ser nomeadas como editoras independentes. Por exemplo, a Ars Poética, fundada em 1992 por Ubiratan Mascarenhas, que teve como primeira publicação uma obra do século II a.C. intitulada *A arte de ama*, de Ovídio.

Outro caso destacado por Paixão é a Giordano, fundada em 1990 por Claudio Giordano, que era uma editora de um homem só e tinha como propósito publicar livros clássicos “perdidos no tempo”, como *Escritas fundamentais sobre os índios*, do padre Antônio Vieira. Eram diversas as pequenas editoras, umas se especializando em filosofia e literatura, outras em poesia e algumas em “clássicos da filosofia política” (PAIXÃO, 1996, p. 191) combinados com clássicos policiais e de aventura, como foi o caso da Paulicéia, que publicou *Cartas Persas*, de Montesquieu e *Robin Hood*, de Louis Rhead.

É necessário entender o que é conhecido como uma pequena editora ou editora independente. Carina Seles dos Santos, em sua dissertação, apontou que:

Algumas das características das pequenas editoras brasileiras são as reedições de obras e projetos de parcerias entre editoras e pessoas físicas ou entre editoras “com objetivos e linha editorial semelhantes” (BARCELLOS, 2010, p. 323), assim como o uso de “estratégias criativas e eficazes” (ibidem, 2010, p. 319) em termos sociais e econômicos em relação às grandes redes (SANTOS, 2020, p. 53).

Marília de Araújo Barcellos aponta que as editoras de pequeno e médio porte, em questão de faturamento anual, se caracterizam por um faturamento inferior a R\$ 1 milhão de reais. Em relação à tiragem, editoras consideradas microempresas (faturamento até 500 mil reais), geralmente imprimem até mil exemplares; as pequenas editoras passam para 3 mil exemplares e as médias ficam entre 3 mil e 5 mil.

Barcellos (2010) também comenta que as linhas editoriais das pequenas editoras são majoritariamente temáticas, assim como já tinha apontado Paixão, e possuem poucos títulos; diferente das grandes editoras que focam em estratégias de produção.

Segundo Sales (2020, p. 97), “a Liga Brasileira de Editoras (LIBRE) destaca como editoras independentes aquela que não está ligada “a grandes corporações” (LIBRE, 2013)”. Além disso as editoras independentes também são reconhecidas por possuírem livros bem produzidos, com design inovador e proporcionar mais liberdade criativa ao escritor da obra, que tem responsabilidade total pelo conteúdo e mais voz na diagramação e design do livro.

Existem editoras e organizações, como a Lote 42 e a LIBRE, que criam eventos com participação exclusiva de pequenas editoras. A Lote 42, editora criada por João Varella, Thiago Blumenthal e Cecilia Arbolove em 2012, é responsável pela criação da Feira Miolo(s), uma feira de publicações independentes que conta com a presença de editoras independentes nacionais e internacionais, além de promover a divulgação de novos projetos e uma sessão de palestras relacionadas ao mercado editorial. No ano de 2019, em sua sexta edição, a feira contou com a participação de 180 editoras independentes e aconteceu, como em todos os anos anteriores, na Biblioteca Mario de Andrade; já no ano de 2020, foram 100 editoras e o evento aconteceu on-line para seguir as medidas protetivas da pandemia do COVID-19.

Por fim, não existe uma definição concreta para o termo “editora independente”. Para os autores, essas editoras são as que lhe dão mais voz ativa com suas próprias obras; para pesquisadores da área são as que possuem títulos especializados e pequenas tiragens e para os próprios donos de editoras são “[...]aquela sem vínculos com grandes investidores. Acredito que sejam as editoras pequenas, com recursos limitados”, como respondeu Manuela em entrevista (2021).

Embora o mercado editorial tenha passado por um processo de segmentação e as editoras independentes tenham ganhado espaço, é possível notar que a “homossexualidade praticamente não existiu para a literatura brasileira” (THOMÉ, 2009, p. 35, apud SILVA, 2012, p. 85). Mas isso não é um problema apenas das editoras e sim da própria cultura, que marginaliza e exclui os homossexuais de qualquer representação cultural.

O movimento LGBT no Brasil

Embora a Revolta de Stonewall, que aconteceu em Illinois, Estados Unidos, em 1969, tenha influenciado alguns países da América, o Brasil não sofreu muito dessa influência, pois, na época, o país enfrentava um dos piores períodos da Ditadura Militar, em que a população tinha poucos direitos e a censura estava cada vez mais rigorosa.

Segundo o professor de direito da USP, ativista dos direitos humanos e autor do livro *A História no Movimento LGBT no Brasil*, Renan Quinalha, em uma entrevista dada à BBC News Brasil, “A ditadura acabou atrasando em dez anos a emergência do movimento LGBT no Brasil” (QUINALHA, 2019, *online*).

Outro pesquisador dos movimentos sociais, James Green, afirma:

Embora os homens e as mulheres homossexuais não fossem alvos diretos da ditadura, o crescente número de policiais militares nas ruas, o uso arbitrário da lei e a generalizada vigilância nas expressões artísticas e literárias criaram um clima que desencorajava a possibilidade de emergência de um movimento por direitos dos gays e lésbicas no início dos anos de 19-70 (GREEN, 2003, p. 31 apud GOMES, 2019, p. 8).

A comunidade LGBT só começou a ganhar força no Brasil na década de 1970, derrubando algumas barreiras da ditadura ao serem representados em capas de revistas nacionalmente conhecidas, como a *IstoÉ*, além de protagonizarem comerciais para a televisão.

Outro fator que contribuiu com o crescimento do liberalismo homossexual foi, por mais contraditório que seja, o exílio de muitos intelectuais. Quando os exilados começaram a voltar para o Brasil, trouxeram consigo vivências e novos ideais de diferentes partes do mundo. Segundo Trevisan: “[...] nos chegaram também as inquietações ecológicas, feministas e antirracistas tal como vicejavam em países capitalistas avançados [...]” (TREVISAN, 2018, p. 314). O próprio autor voltou do exílio com ideias inovadoras, como relata:

Fora do Brasil, eu vivera inúmeras novas experiências, retendo delas o que me parecera mais significativo, mais agradável. E foi assim que me senti redobradamente solitário, de “regresso ao lar”, depois de conviver com militantes guês americanos, feministas socialistas e revolucionários brasileiros exilados. Não conseguia trocar ideias com os antigos “companheiros” de militâncias política de esquerda [...] (TREVISAN, 2018, p. 315).

Trevisan tentou criar um “núcleo de discussão sobre a homossexualidade”, em 1976, na cidade de São Paulo, mas os próprios membros do grupo, que não eram muitos, ainda se sentiam culpados, e até anormais, por serem homossexuais. Sendo assim, o grupo não conseguiu colocar em pauta as discussões necessárias para seguir em frente com o movimento.

Já em 1978, o país começava a mostrar traços mais fortes dos movimentos sociais que eclodiram alguns anos mais tarde. As mulheres já começavam a debater assuntos como sexualidade e aborto; os negros começavam a falar sobre racismo e cultura negra; além das lutas ecológicas que começaram a ganhar força e voz.

Foi com esse ar de revolução que, em 1978, um grupo de intelectuais e artistas homossexuais criaram o jornal *Lampião da Esquina*, o primeiro jornal sobre e feito por homossexuais. Trevisan, que era membro do jornal, conta:

[...] *Lampião* vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que o temas tratados eram aqueles considerados “secundários” – tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo –, e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual (TREVISAN, 2018, p. 317).

Esse jornal causou horror aos intolerantes da época, que viam assuntos dos considerados “minorias” em diferentes bancas de jornais espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o *Lampião* usava em suas matérias palavras consideradas proibidas na época, como bicha e viado; e ainda oferecia um “roteiro de locais de pegação guei nas principais cidades do país” (TREVISAN, 2018, p. 317).

Ao mesmo tempo em que o *Lampião* causava alvoroço na cidade do Rio de Janeiro, em São Paulo um grupo de homossexuais formado por atores, estudantes e profissionais liberais organizava reuniões para discutirem assuntos relevantes à pauta da comunidade. Esse grupo, mais maduro e com ideias mais formados do que o anterior, serviu de base para outros se formarem, cada qual com a sua própria identidade, levando o Movimento de Liberação Homossexual no Brasil para outro patamar.

Um ano depois de o grupo ter se formado, tiveram a chance de falar em um debate na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, que causou bastante agitação nos participantes, mas, no final, esse debate fez com que a luta homossexual fosse definitivamente desvinculada da luta de classes e o grupo, que até então não tinha um nome, recebeu novos integrantes e passou a ser chamado de Somos – Grupo de Afirmação Homossexual.

De volta ao Rio de Janeiro, o jornal *Lampião* passava por momentos difíceis; seus editores estavam sob a acusação de atentado à moral e os bons costumes segundo a Lei de Imprensa – Lei n. 5250, criada em 1967, que impunha pena a quem divulgasse “pela mídia fatos considerados atentatórios à moral pública e aos bons costumes” (TREVISAN, 2018, p. 165).

Os editores foram presos e levados para interrogatório, mas o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo ofereceram um advogado que conseguiu torá-los da cadeia. Trevisan conta: “no interrogatório, uma das primeiras perguntas feitas a vários dos editores era a confirmação do fato de serem homossexuais” (TREVISAN, 2018, p. 323).

A literatura LGBT e as editoras independentes na contemporaneidade

Como parte da pesquisa de iniciação científica atualmente em curso na Universidade Anhembi Morumbi cujos resultados parciais são apresentados neste artigo, além da revisão bibliográfica com vistas à construção de nosso Quadro Teórico de Referência, cujos pilares fundamentais foram sintetizados nas últimas páginas, dedicamo-nos, nas etapas de observação e coleta de dados, à realização de entrevistas estruturadas, por meio de roteiro fechado, com duas editoras brasileiras independentes que publicam obras com temática LGBT⁴.

Nesta seção, apresentamos as principais constatações obtidas por meio da análise descritiva do material produzido a partir de tais entrevistas. Nosso objetivo, com a realização e análise descritiva das entrevistas, foi compreender como organizações do mercado editorial percebem a procura do público por literatura LGBT na contemporaneidade, bem como de que modo ela impacta os leitores

Primeiramente, faz-se necessário apresentar as editoras independentes com as quais foram conduzidas as entrevistas, bem como justificar sua escolha.

A Editora Vira Letra, fundada em 2014 pela editora Manuela Neves, nasceu para representar as mulheres lésbicas, em um espaço de fala criado para que essas mulheres pudessem se identificar, sendo elas autoras ou leitoras. Atualmente, Manuela vive em Franca – SP e a editora, que conta com mais de 30 títulos publicados, funciona apenas digitalmente, com *e-commerce* em site próprio e a venda pela plataforma da Amazon. Alguns títulos que constam em seu catálogo são: *Simplesmente Mãe*, de Raquel Gomes; *Amor a qualquer preço*, de Diedra Roiz; *De repente é amor*, de Karina Dias; e *Garotas como eu*, de Lis Selwyn.

A Editora Palavras Expressões e Letras (PEL) foi fundada em 2015 por Paula Curi com a intenção de publicar livros LGBT e mostrar que o mundo é feito de pluralidades. Atualmente, a editora conta com 16 livros publicados, com venda direta pelo site da editora e pela plataforma Amazon; fazem parte de seu catálogo títulos como *Aquários*, de Marina Portecelis; *(In)Destrutível*, de Débora Mestre; *A Guarda-Costas*, de Adriana P Silva; e *Apartamento 52*, de Gisa Nunes.

Ambas as editoras foram escolhidas para as entrevistas por serem independentes, possuírem linhas editoriais voltadas à comunidade LGBT, além de buscarem levar representatividade ao mundo, o que faz delas ideais para a investigação realizada na presente pesquisa.

⁴ As entrevistas conduzidas no âmbito da presente pesquisa foram conduzidas de forma remota, tendo sido realizada por e-mail, entre o dia 12 de janeiro e 16 de fevereiro de 2021.

Diante dessa breve apresentação, passemos à análise descritiva das principais constatações parciais obtidas com as entrevistas realizadas. Como se trata de uma pesquisa em curso, nosso foco, neste momento, será compreender como as organizações estudadas percebem a procura do público por literatura LGBT na contemporaneidade.

Com base nas respostas obtidas pelas entrevistas e pelos estudos realizados até o presente momento, é possível afirmar que ambas as editoras foram bem recebidas pelo mercado editorial e pelos consumidores ao se inserirem no mercado. No entanto, a Editora Vira Letra, que é especializada em literatura lésbica, passa por alguns questionamentos ao recusar originais que não são sobre essa temática.

Segundo as entrevistas, a procura por livros com temática LGBT cresce a cada ano, ainda sob a sombra de um forte preconceito, mas, como qualquer movimento social, o movimento LGBT dá força e espaço para que essa literatura ganhe cada vez mais espaço. Segundo Manuela Neves, entrevistada da Editora Vira Letra, até mesmo as grandes editoras estão abrindo espaço em seu catálogo para as publicações LGBT, o que pode levar mais visibilidade à causa, mas também pode gerar um problema para o mercado de editoras independentes. É bastante claro que grandes editoras possuem mais espaço e visibilidade do que editoras independentes; além disso, muitas vezes, as grandes editoras se engajariam na literatura LGBT apenas pelo chamado *pink money*, enquanto as editoras independentes, que realmente lutam pela causa, acabariam perdendo espaço.

Ainda segundo as entrevistas realizadas nesta pesquisa, a literatura LGBT é percebida como responsável por levar ao leitor mais representatividade e visibilidade à causa, mostrando ao mundo que a comunidade LGBT é real, além de dar, aos escritores, um espaço para escreverem sobre suas vivências, experiências e sonhos, e oferecer, aos leitores, a possibilidade de construir identificações, enxergando-se para além da identidade marginalizada e rejeitada imposta pela sociedade.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, vimos que a produção editorial no Brasil é permeada por constantes processos de censura, interdições e restrições, processos estes que se mostram particularmente repressivos quando consideramos editoras independentes e obras com foco em temáticas LGBT, eixos que constituem o universo de interesse e investigação do presente trabalho.

Apesar desse percurso histórico, a contemporaneidade é marcada pela aquisição de visibilidade por pautas e movimentos LGBT, o que se faz sentir também no mercado

editorial. Por meio da realização de entrevistas, observamos que as editoras independentes estudadas percebem um significativo crescimento anual na procura e na publicação de livros com temática LGBT, mesmo que o preconceito contra esse tipo de escrita e contra a própria comunidade em questão ainda estejam muito arraigados na sociedade atual.

Referências

EDIÇÃO virtual da Feira Miolo(s) acontece neste final de semana. **Publishnews**, 2020. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2020/12/03/edicao-virtual-da-feira-miolos-acontece-neste-final-de-semana>>. Acesso em 28/02/2021.

FEIRA Miolo(s) reúne mais de 180 editoras independentes na Mário de Andrade. **Publishnews**, 2019. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2019/10/23/feira-miolos-reune-mais-de-180-editoras-independentes-mario-de-andrade>>. Acesso em 28/02/2021.

GIORDANO é editora de um homem só. **Folha Uol**, 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fq30099822.htm>>. Acesso em: 16/02/2021.

GOMES, José Cleudo. ZENAIDE, Maria de Nazaré. A Trajetória do Movimento Social pelo Reconhecimento da Cidadania LGBT. **Tear: Revista de Educação Ciências e Tecnologia**, Canos, v 8 n° 1, p. 1-20, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.35819/tear.v8.n1.a3402>>. Acesso em: 28/02/2021.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo. 3ª edição, 1º reimpressão. Editora Edusp, 2017. 1.015 p.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MODELLI, Laís. 55 anos do golpe militar: A história de Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura. **BBC News Brasil**, São Paulo, 31 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>>. Acesso em: 28/01/2021.

PAIXÃO, Fernando (coord). **Momento do livro no Brasil**. São Paulo, 1ª edição. Editora Ática, 1996. 215 p.

QUEM foi Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura militar. **G1 – Pop & Arte**, 31 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/03/31/quem-foi-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-da-ditadura-militar.ghtml>>. Acesso em: 28/01/2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil. Da colônia à atualidade**. 4ª ed. Editora Objetiva, 2018. 726 p.



50 ANOS de Stonewall: saiba o que foi a revolta que deu origem ao dia do orgulho LGBT. **BBC News Brasil**, São Paulo, 1 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48432563>>. Acesso em: 28/02/2021.